



Opiniões
de Acadêmicos
Brasileiros
sobre a China

**Brazilian Scholars'
Views on China**

Tiejun Gu
Organizador

© de Tiejun Gu e Antonio Domingos Padula
1ª edição: 2019

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Carlos Batanoli Hallberg



O618 Opiniões de acadêmicos brasileiros sobre a China = Brazilian scholars' views on China / organizador Tiejun Gu. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Confúcio UFRGS, 2019.
328 p. il. ; 16x23cm

Textos em português e inglês.

Inclui figuras, mapas e quadros.

Inclui referências e apêndices.

1. Relações Internacionais. 2. Política externa. 3. Relações bilaterais – Brasil – China. 4. Relações econômicas – China – América Latina. 5. Economia – China. 6. Investimentos China – Brasil. 7. Desenvolvimento econômico – China. 8. Língua chinesa. I. Gu, Tiejun.

CDU 327(81:510)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0499-0

AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE
AMÉRICA LATINA E CHINA:
UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA

Helton Ricardo Ouriques



Este capítulo pretende discutir as relações econômicas entre China e América Latina a partir dos anos 2000, com base em informações e dados estatísticos, que evidenciam a crescente importância chinesa para os países da região. Também pretende, dentro da perspectiva sistêmica, apresentar uma contribuição ao assunto, para além do debate existente na literatura acerca dos riscos e oportunidades do aprofundamento dessa relação econômica para os países da América Latina.

Relações econômicas entre China e América Latina no século XXI: um panorama geral

A notável expansão econômica chinesa das últimas décadas, considerada como um ressurgimento depois de um século de humilhações (período 1839 a 1945), acabou se transformando em um dos acontecimentos mais significativos da conjuntura recente da economia-mundo capitalista. E tal ressurgimento tem afetado todas as regiões do planeta. No caso particular aqui em tela, como será mostrado mais adiante através de alguns dados, os países da América Latina vêm sofrendo impactos econômicos diversos por conta dessa situação.

Texto originalmente publicado na Revista Perspectivas, São Paulo, v. 45, p. 9-40, jan./jun. 2015.

Helton Ricardo Ouriques é professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFSC. Membro do GPEPSM/UFSC (Grupo de Pesquisas em Economia Política dos Sistemas-Mundo). E-mail: helton.ricardo@ufsc.br.

O extraordinário crescimento econômico chinês teve efeitos importantes nos países da América Latina. Por conta do próprio modelo econômico chinês, baseado na instalação e consolidação de um parque industrial, marcado pela presença de empresas estrangeiras e também empresas nacionais (inclusive criadas para atender demandas de empresas estrangeiras), na forma de montagem de partes de cadeias produtivas complexas. Além disso, pelo próprio crescimento e fortalecimento do mercado interno chinês, a América Latina acabou envolvida e acabou servindo como fornecedora de *commodities* tanto para o *drive* exportador da China quanto para o mercado consumidor interno daquele país.

Por conta disso, emergiu na literatura um debate sobre possibilidades e riscos para os países da região, por conta da maior relevância e mesmo da presença chinesa, notadamente a partir dos anos 2000. A Cepal, por exemplo, postula o estabelecimento de uma relação estratégica entre a América Latina e o Caribe junto à China: “*los países de la región deberían redoblar sus esfuerzos por diversificar sus ventas a China – incorporándoles más valor y conocimiento – estimular alianzas empresariales, comerciales y tecnológicas con sus pares en ese país, y promover inversiones latino-americanas en Asia y el Pacífico que faciliten una mayor presencia regional en las cadenas de valor asiáticas, estructuradas en torno a China*” (Cepal apud Rosales; Kuwayama, 2012). Ao mesmo tempo, a Cepal reconhece que falta uma estratégia mais coordenada entre países e grupos de países para criar um vínculo com a China que reforce o comércio e os investimentos, e que favoreça variadas alianças empresariais e tecnológicas.

Rosales e Kuwayama (2012) destacam que a grande demanda de produtos primários por parte da região da Ásia e Pacífico contribuiu para melhorar os termos de intercâmbio para os países da América do Sul. E, em especial, apontam que a China é central para o atual processo de reprimarização do setor exportador da América Latina e Caribe, pois esse país tem sido “*un factor determinante para la recuperación del protagonismo de las materias primas en la estructura exportadora regional*” (Rosales; Kuwayama, 2012, p. 96). Mesmo assim, os autores concluem o estudo em questão afirmando que a relação entre América Latina e Caribe com

a China “*está madura para dar un salto de calidad*” (Rosales; Kuwayama, 2012, p. 240). Para eles,

La primera década de este siglo mostró un avance impetuoso en las relaciones comerciales de la región con China. En pocos años, China se ha transformado en un socio destacado y relevante en las estrategias de comercio e inserción internacional de nuestros países. Hay condiciones de madurez para dar nuevos pasos, avanzando hacia un vínculo estratégico de proporcione beneficios mutuos. Para ello, los países de América Latina y el Caribe deberían redoblar sus esfuerzos para diversificar sus ventas a China, incorporándoles más valor y conocimientos, estimular y promover inversiones latinoamericanas en China y en Asia y el Pacífico que faciliten una mayor presencia regional en las cadenas de valor asiáticas, estructuradas en torno a China (Rosales; Kuwayama, 2012, p. 240).

Shixue via de forma positiva as relações econômicas entre China e América Latina. Mesmo reconhecendo que a complementariedade econômica era então limitada, o autor chamava a atenção para o rápido crescimento chinês, que estava implicando uma necessidade maior de recursos naturais e matérias-primas, sendo a América Latina o parceiro confiável para a China, naquele momento. Nesse sentido, para o autor,

Half a century ago the world-renowned Argentine economist Raul Prebisch and others predicted that terms of trade for Latin America and other developing countries would become worse and worse. This argument now appears to be incorrect. On the one hand, China's large imports of resources and raw materials have pushed up prices in the world Market; on the other, due to low labour cost, China exports of manufactured goods are relatively cheap. As a result, Latin America's terms of trade are turning for the better. No wonder the United Nation Economic Commission for Latin America and the Caribbean (CEPAL) concludes that China has contributed to Latin America's high growth rate in recent years (Shixue, 2003, p. 10).

Contudo, alguns autores chamam a atenção para a necessidade de se evitarem generalizações, pois os impactos da maior presença chinesa têm sido diferenciados nos países da América Latina, o que não significa que não se possa perceber uma tendência mais geral, que será debatida na última parte deste capítulo. Para León-Manríquez (2006), por exemplo,

Los intercambios comerciales entre China y América Latina crecieron espectacularmente en los últimos años, pero esto no afectó de la misma forma a todos los países. El primer caso es el de Venezuela, que exporta a China petróleo, clave para sostener el despegue industrial. Por otro lado, los productores de materias primas y alimentos – Chile, Brasil, Argentina y Perú – se han beneficiado gracias a los saldos comerciales positivos y el aumento de la inversión directa. Finalmente, México y Centroamérica se han visto perjudicados por las importaciones de productos manufacturados y están siendo desplazados del mercado de Estados Unidos (León-Manríquez, 2006, p. 28).

Nacht, por sua vez, chama a atenção para duas questões críticas, ligadas a grande demanda de *commodities* por parte da China. Em primeiro lugar, o modelo “neoextrativista” põe em risco a soberania alimentar e a salvaguarda dos recursos naturais e suas populações. Segundo o autor, este modelo de exploração, que está altamente concentrado em poucos atores econômicos, “*la mayoría de ellos transnacionalizados, marca el grado de asociación-dependiente en el que se encuentran los sectores agrícolas y mineros exportadores y los gobiernos, con márgenes de manobra nacionales acotados*” (Nacht, 2013, p. 151). A segunda questão diz respeito ao fato de a China ser o principal comprador das *commodities* exportadas pelo Cone Sul, o que implica que aquele país tem o poder de oligopsônio, definindo, portanto, limites para o espaço de negociação dos países da região.

Em suas conclusões, Nacht, embora afirme que a transformação da China em um sócio comercial para a América Latina possa contrabalançar o poder econômico dos Estados Unidos e da Europa, ampliando as margens de autonomia dos países da região, destaca que “*esta autonomía tiene un costo que se refleja en una simplificación del tejido industrial que se ve deteriorado y asfixiado ante el avance de las manufacturas chinas, tanto en los mercados locales como en terceros mercados, a lo que se suma la cristalización del modelo neoextractivista y la amenaza de la enfermedad holandesa en aquellas naciones exportadoras de commodities*” (Nacht, 2013, p. 152).

Barbosa (2011) apresenta uma tipologia,¹ que explicita os distintos padrões de comércio e investimentos estabelecidos entre a China

¹ A tipologia, desenvolvida pela RedLat (Rede Latino-Americana em Empresas Multinacionais), é citada por Barbosa (2011).

e a América Latina. O autor destaca que, em termos conjunturais e de curto prazo, há países que estão sendo beneficiados e outros que estão sofrendo mais impactos negativos da ascensão chinesa. No primeiro caso, estão aqueles países exportadores de commodities demandadas pela China, como o Chile. No segundo caso, está aquele país que “não foi favorecido pela loteria das *commodities* e possui um padrão de especialização totalmente estruturado para atender aos Estados Unidos e conta com uma produção interna bastante diversificada” (Barbosa, 2011, p. 287). Para o autor, o México se destaca nas duas primeiras características desse segundo caso, e o Brasil pela terceira, que não parece ser compensada pelas vantagens obtidas na primeira e segunda características (Barbosa, 2011).

Nessa mesma linha de raciocínio, mas apresentando uma leve discordância a respeito de ganhadores e perdedores, Jenkins, depois de mostrar tanto a perspectiva otimista quanto a pessimista² a respeito da expansão chinesa na América latina, destaca um terceiro ponto de vista:

A third perspective stresses the differential effects of China on the South American economies, on the one hand, and Mexico, Central America and the Caribbean, on the other. This view sees the South American economies which have expanded exports of primary commodities to China as major beneficiaries, while Mexico and Central America and the Caribbean, which face competition from Chinese manufactured goods in the US Market and have not been exporters to China, suffer potential negative impacts in terms of both trade and FDI flows (Jenkins, 2010, p. 819).

² Segundo o autor, “*the optimistic view stresses the significance of the growing Chinese Market for exporters in the South and the contribution made by increased Chinese demand for raw materials to the commodity boom after 2002, which benefited many developing countries*” (Jenkins, 2010, p. 811). E para a perspectiva pessimista, “*China represents a threat to the exports of other Southern exporters of manufactures, while imports from China compete with producers on the domestic Market. China’s high level of competitiveness in manufactured goods and its booming demand for primary products is tending to push other developing countries back into specialising in commodities, which do not provide the same dynamics benefits as the manufacturing sector. Chinese investment simply serves to reinforce this specialisation, while at the same time other foreign investors divert their investment from other developing countries to China*” (Jenkins, 2010, p. 812).

Ferchen (2011) sintetiza o quadro das relações comerciais da China com a América Latina em três pontos principais:

Primeiro, os laços comerciais e de investimento entre a China e a América Latina cresceram rapidamente desde apenas o início do novo milênio. Segundo, a expansão de laços econômicos entre a China e a América Latina conferiu à China um papel de crescente proeminência como fonte de demanda para as exportações latino-americanas. Finalmente, os laços comerciais e de investimento entre a China e a América Latina são baseados na demanda chinesa por um conjunto relativamente limitado de recursos naturais, de um número relativamente pequeno de países, geralmente, sul-americanos (Ferchen, 2011, p. 110).

Como se percebe, nessa breve exposição de ideias de alguns autores, o incremento das relações econômicas da China com os países da América Latina não passou despercebido, e vem inclusive ensejando muitas pesquisas recentes a respeito de impactos em países específicos (Oviedo, 2013; Montenegro et al., 2011; Hearn, 2012). Apesar das diferentes interpretações, o ponto comum é a percepção de que o crescimento das relações comerciais, e mesmo de investimento chinês na América Latina, é resultado da dinâmica econômica daquele país. Na próxima seção, serão mostrados alguns dados e relatos empíricos a respeito do incremento dessas relações, para subsidiarem a fundamentação de uma linha própria de argumentação, a ser apresentada na última parte deste texto.

América Latina e China: análise sobre comércio e investimentos no início do século XXI

A ampliação das relações comerciais entre a China e os países da América Latina, e mesmo o crescimento dos investimentos externos diretos daquele país na região são o resultado da dinâmica econômica chinesa, que teve uma performance invejável nas duas últimas décadas, com taxa média de crescimento em torno de 9 % ao ano. O incremento dos números de comércio (Anexo III) e investimento ampliou-se sobremaneira a partir dos anos 2000, em comparação com a década anterior, na

qual a presença chinesa foi bem menor. Com um modelo econômico implantado no processo de reforma e abertura priorizando inicialmente as exportações, e paulatinamente passando para etapas e mesmo cadeias produtivas manufatureiras mais complexas (isto é, de produtos de baixa tecnologia para produtos de média e alta tecnologia), a China tornou-se o principal importador de recursos naturais e matérias-primas em escala mundial.

Essa demanda chinesa por matérias-primas implicou o aumento significativo das exportações, para vários países da América Latina produtores de recursos estratégicos, como destacado por autores mencionados na seção anterior. Mas, como apontado por Armony e Strauss (2012), não se pode perder de vista que o maior envolvimento da China com a América Latina e o Caribe é parte da política mais geral denominada “*going out*”, “[...] *and needs to be understood – both analytically and empirically – within a larger context of globalization for China and for the rest of the world*” (Armony; Strauss, 2012, p. 2).³ E é por conta dessa estratégia que desde o início da década de 2000 a China passou a ter empresas figurando na lista das maiores corporações oriundas dos países em desenvolvimento, com algumas delas, inclusive, situadas entre as maiores de seus respectivos setores em âmbito internacional, conforme relatado pelos trabalhos de Proença et al. (2011) e Cunha (2011).

Para além da temática da cooperação Sul-Sul, que aparece em autores como Shixue (2003) e Jenkins (2010), ao centrar o enfoque primordialmente nos aspectos econômicos, pode-se inferir que os principais objetivos da China na América Latina são a obtenção de recursos estratégicos (matérias-primas) e mercados para seus produtos manufaturados.

A análise da pauta exportadora e importadora da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e do México, por tipo de

³ Segundo os autores, *Going Out (zou chuqu)* “[...] is the Chinese government’s own slogan for its official encouragement for Chinese enterprises, particularly large state-owned or state-supported enterprises, to ‘go out’ into the world in search of investment opportunities, but more colloquially it also refers to the widening of China’s now global horizons at all levels of analysis from the state as a whole to the entrepreneurial individual and family” (Armony; Strauss, 2012, p. 2).

produto e por intensidade tecnológica, desde os anos 2000 (Anexo I) permite constatar que, diferentemente da noção de parceria entre iguais, ou mesmo de um novo padrão de relacionamento econômico, vem se estabelecendo tão somente uma mudança de parceiro econômico preferencial, em alguns casos mais acentuada, em outros mais incipiente, com a China tomando o lugar até então ocupado pelos Estados Unidos e, em menor medida, pela Europa. Para todos os países analisados (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) o movimento é similar, comparando a balança comercial por intensidade tecnológica entre os anos de 2000 e 2012 ou 2013 (conforme o país): exportam-se principalmente produtos classificados como “primários” e “recursos naturais” e importam-se cada vez mais produtos “de média tecnologia” e de “alta tecnologia”, inclusive no caso dos países altamente industrializados, como o Brasil e o México.

A título de exemplos, e tendo como fonte a base de dados da UNCTAD,⁴ com a exceção do México, que possui uma pauta exportadora diversificada para a China, todos os países da América do Sul tem uma pauta exportadora considerada concentrada e focada em recursos naturais e energéticos. Do valor das exportações da Argentina em 2012, 54,22 % foi de soja; 16,99 % foi de óleo de soja e 11,96 % de petróleo bruto. Para a Bolívia, para o mesmo ano, 39,11 % foram de minérios e concentrados e metais preciosos; 18,65 % foram de estanho e ligas de estanho e 11,70 % de minério de estanho e concentrados. Para o Brasil, em 2013, do valor exportado para a China, 37,25 % foi de soja; 33,08 % foi de minério de ferro e 8,76 % foi de petróleo cru. Das exportações chilenas, em 2013, 47,54 % foram de cobre e ligas de cobre; 30,17 % foi de minério de cobre e 5,51 % foi de pasta química de madeira. Do valor exportado da Colômbia para a China em 2013, 84,18 % foi de petróleo cru e 7,38 % de ligas de ferro. Com relação ao Equador, 53,74 % do valor exportado foi de petróleo cru e 12,45 % foram de crustáceos e moluscos. Quanto ao Paraguai, 43,70 % do valor das exportações em 2013 foi de metais e

⁴ Os números a seguir dizem respeito a anos diferentes por serem os últimos anos de informação disponível para cada país.

34,47 % de couros. O Peru teve como dois principais produtos exportados em 2012 os mesmos que o Chile: 44,67 % do valor foi de cobre e ligas de cobre e 11,67 % foi de minério de cobre. Quanto às exportações uruguaias, para o ano de 2013 50,14 % do valor exportado foi de soja em grãos e 20,28 % de leite e seus derivados. Por fim, para a Venezuela, em 2011, apenas três categorias de classificação de produtos, todas ligados ao ferro (minério de ferro e seus concentrados, aglomerados de minério de ferro e pó de ferro e aço), foram responsáveis pelo total de 95,93 % do valor exportado daquele país para a China. Segundo a mesma fonte, para todos os países a pauta importadora da China é diversificada e baseada em produtos manufaturados, incluindo aqueles considerados de média e alta tecnologia. Portanto, do ponto de vista das relações comerciais, trata-se da manutenção do conhecido padrão centro-periferia, com os países da América Latina fornecendo principalmente recursos energéticos e demais matérias-primas e importando, cada vez mais, produtos mais elaborados e com alta intensidade tecnológica.

Tabela 1 – Estoque de investimento externo da China
em regiões selecionadas
(2003-2012) – (US\$ milhões)

Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mundo	332,22	447,77	572,06	750,26	1179,11	1839,71	2457,55	3172,11	4247,81	5319,41
Desenvolvido	15,23	21,16	28,15	39,48	82,68	107,99	181,75	297,01	466,51	731,48
Em desenv.	319,52	424,54	535,63	696,43	1072,64	1692,89	2229,75	2815,97	3701,17	4457,39
Transição	1,08	2,07	8,27	14,34	23,78	38,83	46,04	59,12	80,13	130,53
América Latina & Caribe	46,19	82,68	114,70	196,94	247,01	322,40	305,95	438,76	551,72	682,12
África	4,91	9,00	15,95	25,57	44,62	78,04	93,32	130,42	162,44	217,30
Ásia	264,70	332,70	404,71	472,98	77,767	1288,54	1825,86	2240,99	2979,21	3548,30
América Latina & Caribe/Mundo	13,90	18,46	20,05	26,25	20,95	17,52	12,45	13,83	12,99	12,82
África/Mundo	1,48	2,01	2,79	3,41	3,78	4,24	3,80	4,11	3,82	4,09
Ásia/Mundo	79,68	74,30	70,75	63,04	65,95	70,04	74,30	70,65	70,14	66,70

Fonte: UNCTAD. Bilateral FDI Statistics 2014. Elaboração do autor.

Com relação aos investimentos externos diretos oriundos da China, percebe-se realmente um incremento no estoque, em valores absolutos, pois a América Latina e o Caribe receberam U\$S 4.619,00 milhões de IED (Investimento Externo Direto) chinês em 2003 e U\$S 68.212,00 milhões em 2012 (Tabela 1). Contudo, em termos relativos, houve uma redução de 13,90 % para 12,82 %. Mas é necessário, ainda, que se perceba quem foram os receptores desses IED. A Tabela 2 mostra os percentuais de IED da China nos EUA e nos países da América Latina e Caribe, receptores do IED chinês entre 2003 e 2012. A participação dos países da América do Sul, por exemplo, foi muito pequena no período, chegando ao máximo de 1,21 % dos IED chineses em 2012. Os investimentos chineses na América Latina e Caribe, na verdade, concentraram-se nas Ilhas Virgens (5,8 % do IED em 2012) e Ilhas Cayman (5,65 % do IED em 2012), que são notoriamente conhecidos como paraísos fiscais. A tabela evidencia que nenhum país da América do Sul, ao longo de cada ano do período 2003-2012, recebeu individualmente sequer 0,5 % dos IED chineses, o que de certa forma minimiza discursos exageradamente otimistas a respeito dos investimentos chineses nos países da região, que surgem tanto na imprensa quanto nos meios políticos e empresariais. Não estamos dizendo aqui que esses investimentos não possuem importância, mas apenas chamando a atenção para o fato de que a América Latina não parece ser o principal foco da economia política chinesa.⁵

⁵ Além disso, é necessário qualificar que tipo de investimentos são esses e quais seus impactos nas economias locais. Esse é um assunto que foge, contudo, ao escopo desse capítulo.

Tabela 2 – Investimento Externo da China nos EUA e países selecionados da América Latina e Caribe (2003-2012, em % do total)

Região/País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mundo	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Estados Unidos	1,51	1,49	1,44	1,65	1,60	1,30	1,36	1,54	2,12	3,21
América Latina e Caribe	13,90	19,36	20,05	26,25	20,95	17,52	12,45	13,83	12,99	12,82
América do Sul	0,68	0,64	0,53	0,62	0,76	0,58	0,64	0,90	0,79	1,21
Argentina	0,00	0,04	0,01	0,01	0,13	0,09	0,07	0,07	0,10	0,17
Bolívia	0,00	0,00	0,00	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03
Brasil	0,16	0,18	0,14	0,17	0,16	0,12	0,15	0,29	0,25	0,27
Chile	0,00	0,00	0,01	0,01	0,05	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02
Colômbia	0,00	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,07
Equador	0,00	0,00	0,03	0,05	0,04	0,05	0,04	0,04	0,02	0,08
Guiana	0,04	0,03	0,01	0,01	0,06	0,04	0,06	0,06	0,03	0,03
Paraguai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01
Peru	0,38	0,28	0,23	0,17	0,12	0,11	0,12	0,21	0,19	0,14
Suriname	0,03	0,02	0,02	0,04	0,06	0,04	0,03	0,02	0,02	0,01
Venezuela	0,06	0,06	0,08	0,10	0,12	0,08	0,11	0,13	0,12	0,38
América Central	0,32	0,29	0,32	0,23	0,18	0,13	0,10	0,12	0,14	0,11
México	0,29	0,28	0,25	0,17	0,13	0,09	0,07	0,05	0,06	0,07
Panamá	0,00	0,00	0,06	0,05	0,05	0,04	0,03	0,07	0,08	0,04
Caribe	12,91	17,54	19,20	25,41	20,01	16,81	11,71	12,81	12,06	11,51
Bahamas	0,13	0,18	0,03	0,02	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Virgens	1,60	2,43	3,47	6,33	5,62	5,69	6,13	7,33	6,89	5,80
Ilhas Cayman	11,11	14,87	15,62	18,94	14,26	11,05	5,52	5,44	5,11	5,65

Fonte: UNCTAD. Bilateral FDI Statistics 2014.
Elaboração do autor, a partir dos dados primários.

Feitas essas ressalvas, é digno de menção que a China, diante de sua própria conjuntura interna (expansão do mercado interno e manutenção do “drive” exportador), tenha direcionado suas atenções para o estreitamento dos laços econômicos com vários países da América Latina desde os anos 2000, o que certamente impactou o crescimento das exportações

desses países, que entraram em uma fase, já mencionada na seção anterior, de “*boom das commodities*”, pois o incremento da demanda chinesa e o próprio aumento dos preços dessa *commodities* foram também fatores explicativos da expansão econômica da América Latina a partir do início do século XXI.

Tabela 3 – Exportações de regiões selecionadas e total mundial (US\$ milhões)

Região	1980	1990	2000	2005	2010	2012
Mundo	2.049.407	3.495.585	6.448.851	10.499.521	15.283.481	18.402.184
Caribe	22.627	13.317	19.016	26.756	27.239	35.524
Caribe/ Mundo (em %)	1,10	0,38	0,29	0,25	0,18	0,19
América Central	23.271	45.641	182.934	243.204	339.968	424.820
América Central/ Mundo (em %)	1,14	1,31	2,84	2,32	2,22	2,31
América do Sul	65.605	86.668	164.502	314.157	522.482	660.162
América do Sul/ Mundo (em %)	3,20	2,48	2,55	2,99	3,42	3,59
Ásia	372.473	589.649	1.536.462	2.903.030	5.016.456	6.447.694
Ásia/ Mundo (em %)	18,17	16,87	23,82	27,62	32,82	35,04
China	18.099	62.091	249.203	761.953	1.577.754	2.048.714
China/ Mundo (em %)	0,88	1,77	3,86	7,25	10,32	11,13

Fonte: UNCTAD. Yearbook of Statistics (2012).

Obs.: Ásia exclui Japão e Israel. América Central inclui México.

Aliás, o crescimento econômico da América Latina pode ser percebido a partir do aumento absoluto no valor das exportações da região (Tabela 3). Em termos comparativos com o total da economia mundial, o Caribe experimentou um decréscimo ao longo dos anos 2000. A América Central (que inclui o México) melhorou sua situação relativa entre 1980 e 2000, mas experimentou um decréscimo ao longo da última década. Para a América do Sul, pode-se afirmar que houve uma melhora, mesmo que modesta, na situação relativa, pois a região saltou de 2,55 % das exportações mundiais em 2000 para 3,59 % em 2012. Muito diferente parece ter sido a trajetória da Ásia como um todo e da China em particular, que aumentaram de forma significativa suas participações no valor exportado em relação ao montante mundial (a Ásia representou 35 % do valor das exportações mundiais em 2012; e a China foi responsável por 11,13 % no mesmo ano).

De qualquer forma, as estatísticas disponíveis mostram o crescimento dos fluxos comerciais e dos investimentos chineses nos países latino-americanos a partir dos anos 2000. Passa-se agora, portanto, a um breve relato acerca de algumas situações recentes envolvendo a presença chinesa na América Latina. De acordo com *The China Analyst* (2013), em agosto de 2013 o governo da Argentina anunciou um contrato de US\$ 4 bilhões para a construção de duas usinas hidroelétricas, em um consórcio liderado pela China Gezhouba Group. Em julho do mesmo ano, o governo equatoriano anunciou que a China National Petroleum Corporation (CNPC), concordou em ajudar a financiar o projeto de construção da refinaria Pacífico. A previsão de produção é de 300.000 barris por dia, e a Pacífico é uma *joint venture* estabelecida entre o Equador e a empresa petrolífera estatal da Venezuela, a PDVSA, que iniciará suas operações em 2017. Em julho de 2013, a empresa chinesa Chinalco Mining Corporation International aprovou um projeto de expansão no montante de US\$ 1,32 bilhões destinado para o Proyecto Toromocho, um dos maiores projetos da empresa de mineração de cobre no Peru.⁶

⁶ O Proyecto Toromocho está localizado no Distrito de Morococha, na Província de Yauli. Fonte: Minera Chinalco Perú S.A. (<http://www.chinalco.com.pe/>).

No início de abril de 2013, a empresa de petróleo estatal chinesa Sinopec assinou um acordo com a empresa mexicana Pemex. Tal contrato tem como objetivo fortalecer as relações comerciais entre as duas empresas e incentivar o aumento das exportações de petróleo bruto para a China. Em setembro de 2012, as autoridades chinesas e venezuelanas assinaram um acordo para desenvolver em conjunto uma das maiores minas de ouro do mundo. A empresa chinesa Citic Group irá fornecer serviços de engenharia, construção e processamento para o desenvolvimento da mina de ouro Las Cristinas. No mesmo mês e ano, a Foxconn Technology Group anunciou planos de investir US\$ 494 milhões para construir cinco novas fábricas em um parque industrial em Itu, no estado de São Paulo, que serão encarregadas de fabricar iPhones e iPads da Apple, entre outros equipamentos eletrônicos. Em dezembro de 2012, a State Grid Corporation of China, a maior empresa chinesa operadora de redes elétricas em capacidade e alcance, foi escolhida pelo governo brasileiro para construir um projeto de transmissão de energia que vai transmitir a energia da usina de Belo Monte para os estados do Sul e Sudeste do Brasil. Depois de concluído, a State Grid vai operar um total de 9.931 quilômetros de linhas de transmissão no Brasil.

Esses exemplos, de ações recentes, mostram que há uma prioridade da China em setores estratégicos. Assim, confirmou-se acertada a caracterização feita por Le-Fort (2003), de que este país “[...] intenta mejorar su seguridad energética a través de la inversión en exploración y explotación de petróleo y otros recursos, además de requerir materias primas y alimentos” (Le-Fort, 2003, p. 100). E, além disso, como mencionado por Nacht (2013, p. 146), “las inversiones ‘productivas’ chinas van dirigidas en su mayor parte a la modernización y ampliación de infraestructura para el traslado y la salida de commodities.”

Pode-se dizer, por fim, que é a dinâmica do desenvolvimento econômico chinês que explica o incremento das relações comerciais e do aumento dos investimentos da China nos países da América Latina. O incremento das exportações para aquele país, notadamente nos países dotados de matérias-primas e recursos energéticos estratégicos, foi real-

mente significativo a partir do início deste século. O que não parece estar havendo, e isso já foi mencionado por Akyüz (2005), é a mudança no padrão de desenvolvimento, no sentido mesmo do aprimoramento industrial. Isto é, um incremento da participação desses países nas cadeias produtivas globais, recebendo elos que incorporem maior valor agregado. Em síntese, “[...] as exportações dos países em desenvolvimento ainda se concentram em produtos derivados basicamente da exploração de recursos naturais e do uso da mão de obra não qualificada ou semiespecializada, com limitadas perspectivas de crescimento da produtividade e baixo dinamismo nos mercados mundiais” (Akyüz, 2005, p. 43).

As relações entre América Latina e China em perspectiva sistêmica

Como observado anteriormente, os dados e relatos disponíveis sugerem que existe efetivamente uma maior presença econômica chinesa nos países da América Latina, o que realmente causou impactos significativos nos fluxos comerciais entre esses países e a China. Os dados sugerem uma maior conexão econômica de vários da América Latina com a China, especificamente a partir dos anos 2000, sendo essa conexão definida pela dinâmica econômica chinesa, que, como já mencionado, produziu um “*boom das commodities*”, favorecendo comercialmente setores exportadores dos países da região. Cabe discutir, minimamente, se essa proeminência chinesa pode significar uma mudança no posicionamento dos Estados latino-americanos na hierarquia da riqueza e poder mundiais. Em outras palavras, resta saber se o incremento das relações comerciais com a China e mesmo de uma maior presença de empresas e investimentos chineses na América Latina podem induzir mudanças estruturais na região, que em seu conjunto pertence à periferia da economia-mundo capitalista.

Tabela 4 – PIB de países selecionados em relação do PIB dos EUA
(em % do PIB dos EUA) – 1950-2012

País	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2012
China	9,9	11,42	12,7	11,32	12,16	13,36	14,48	19,02	21,53	30,88	31,32	48,46	79,65	90,15
Japão	11,9	14,82	19,73	24,23	34,41	38,75	39,92	40,35	43,07	40,79	34,45	32,49	31,92	30,69
Coreia do Sul	1,11	1,27	1,35	1,44	2,07	2,89	3,38	4,27	5,86	7,56	7,89	8,73	10,18	10,36
Argentina	5	4,66	4,76	4,63	4,83	5,13	4,68	3,61	3,12	3,56	3,29	3,12	3,82	3,95
Bolívia	0,34	0,29	0,25	0,25	0,29	0,33	0,31	0,24	0,23	0,25	0,24	0,25	0,3	0,32
Brasil	5,7	6,11	7,59	7,25	8,81	12,04	14,03	12,69	11,9	12,22	10,93	11,15	13,39	13,35
Chile	1,03	0,99	1,06	1	1,07	0,84	1	0,82	0,97	1,3	1,29	1,43	1,67	1,79
Colômbia	1,41	1,47	1,6	1,58	1,77	2,04	2,2	2,11	2,25	2,48	2,11	2,24	2,7	2,86
Equador	0,39	0,41	0,45	0,46	0,5	0,62	0,7	0,67	0,63	0,63	0,55	0,62	0,72	0,77
México	5,37	5,79	6,9	7,44	8,58	10,32	11,85	11,17	10,33	9,84	10,39	10,14	10,65	11,05
Peru	1,19	1,28	1,42	1,56	1,62	1,84	1,72	1,42	1,1	1,28	1,17	1,28	1,75	1,9
Uruguai	0,52	0,52	0,46	0,38	0,36	0,33	0,34	0,25	0,26	0,28	0,25	0,23	0,3	0,31
Venezuela	1,83	2,13	2,54	2,44	2,66	2,69	2,52	2,09	1,97	2,06	1,74	1,75	2,03	2,15

Fonte: Bolt e Van Zanden (2013) (Maddison Project).
Elaboração do autor, a partir dos dados primários.

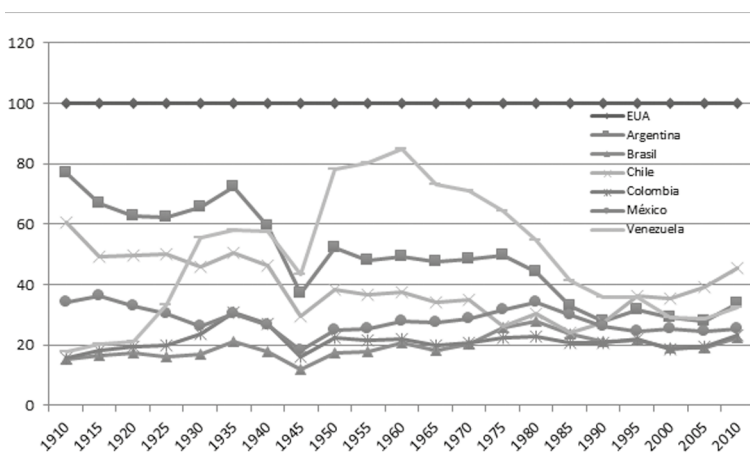


Figura 1 – PIB per capita em relação ao PIB per capita dos EUA
(em % do PIB dos EUA) – 1910/2010

Fonte: Bolt e Van Zanden (2013) (Maddison Project). Elaboração do autor.

Ou seja, é necessário separar o que é conjuntural de situações estruturais. A Tabela 4 e as Figuras 1 e 2, que dizem respeito, respectivamente, a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) total e do PIB *per capita* de países selecionados da América Latina e do Leste Asiático em relação ao PIB *per capita* dos EUA, fornecem subsídios para uma reflexão mais histórica a respeito do posicionamento desses Estados na economia-mundo capitalista. Com relação aos dados relativos ao PIB total, é notório o espantoso crescimento do PIB chinês em todo o período, e também o crescimento econômico do Japão e da Coreia do Sul, evidenciando a trajetória ascendente do Leste Asiático, enfatizada por Amsden (2009) e Arrighi (1997 e 2008).

No caso dos países da América Latina selecionados, nota-se uma estabilidade ao longo de todo o período, com as três maiores economias (Argentina, Brasil e México) tendo seus indicadores mais altos nos anos de 1975 (Argentina) e 1980 (Brasil e México). Ou seja, mesmo o período de crescimento econômico mais recente (2000-2012), atrelado ao *boom* das *commodities*, não significou, ainda, uma recuperação no sentido de avanço econômico (avanço em relação ao centro), mas apenas de retorno ao ponto no qual os países se encontravam antes ou no início da década de 1980 (década que, aliás, ficou conhecida como “década perdida”).

A Figura 1 diz respeito à trajetória do PIB *per capita* (um indicador básico de distribuição de renda) da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela, entre 1910 e 2010 em relação aos EUA, usado aqui como parâmetro, pois foi a hegemonia mundial estabelecida ao longo do século XX.⁷ Há um caso de visível declínio secular, a Argentina, que

⁷ Arrighi (2007), que inspirou a pesquisa a respeito desses dados, utilizou como parâmetro o PIB *per capita* do primeiro mundo. Em estudo posterior (Arrighi *et al.*, 2009), os autores mostram uma tabela cujos números específicos para a América Latina são os seguintes: a América Latina representava 19,7 % do PIB *per capita* do primeiro mundo em 1960; 17,6 % em 1980; 12,3 % em 1990 e 11,2 % em 2005. Ou seja, usando tanto o PIB *per capita* do primeiro mundo quanto o dos EUA como parâmetro, pode-se afirmar que não houve uma melhoria no padrão de vida da América Latina em relação aos países do “centro”.

até meados dos anos 1930 gozava de uma condição invejável entre os Estados periféricos e semiperiféricos, parecendo mesmo que iria alcançar o centro (núcleo orgânico do sistema). E é perceptível que, a despeito de todo esforço de substituição de importações, notadamente em países como Brasil e México, a mesma não implicou na melhoria da distribuição da riqueza nos últimos cem anos.

É nesse sentido que concordamos com o argumento de Arrighi (1997 e 2007) a respeito da “ilusão do desenvolvimento”. Na concepção deste autor, a industrialização das periferias e semiperiferias acabou se tornando uma fonte de ilusões, porque embora tenha havido a convergência na industrialização (com o processo de industrialização se deslocando geograficamente, e tornando-se, na verdade, periférico), não ocorreu a convergência na renda entre as regiões do globo. Em outras palavras, a industrialização não alterou o quadro histórico de hierarquização da economia mundial, caracterizado pela existência de Estados centrais, semiperiféricos e periféricos.

Tabela 5 – PNB per capita de regiões e países selecionados em relação ao PNB per capita dos EUA (em % do PNB per capita dos EUA) – 1980/2012

Região ou país	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2012
AL e Caribe (em desenv.)	26,74	21,65	19,84	21,20	19,05	18,76	22,09	22,41
AL e Caribe (total)	27,09	21,89	20,25	21,80	19,70	19,47	23,05	23,48
China	1,99	2,81	3,37	5,22	6,36	9,14	15,28	17,18
Zona do Euro	71,08	66,95	69,32	68,78	65,92	65,17	70,97	70,46
Argentina	38,41	26,65	21,83	27,08	24,15	23,42	0,00	0,00
Antigua e Barbuda	27,33	33,65	39,91	40,04	37,75	39,54	38,54	35,96
Belize	12,91	9,86	12,68	14,01	15,30	16,72	14,50	14,50
Bolívia	14,50	9,58	8,77	9,11	8,18	7,91	9,14	9,28
Brasil	28,13	23,18	21,41	21,82	18,52	18,46	22,28	21,92
Barbados	0,00	58,43	59,12	53,52	52,15	49,11	51,04	48,79
Canadá	86,29	83,15	79,48	76,88	74,98	76,84	78,52	80,35
Chile	17,53	13,66	17,45	24,34	25,24	26,15	34,80	38,87

Região ou país	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2012
Colômbia	20,24	17,24	17,66	19,12	15,54	15,67	18,23	18,99
Costa Rica	23,43	17,90	18,42	20,28	18,03	19,94	23,06	23,76
Pequenos Estados do Caribe	0,00	24,10	22,36	21,60	20,94	24,02	25,94	23,93
Dominica	15,94	17,51	21,79	21,26	17,76	18,26	24,69	22,77
República Dominicana	13,94	11,84	11,13	12,22	13,24	13,34	18,11	18,36
Equador	23,27	19,88	17,66	17,86	13,76	15,24	17,04	18,04
Granada	0,00	0,00	18,16	17,23	18,39	21,57	20,21	19,67
Guatemala	14,90	10,96	10,03	10,44	9,45	8,94	9,41	9,28
Guiana	7,33	4,96	3,33	5,74	5,50	5,43	6,08	6,35
Honduras	10,28	8,59	7,46	7,39	6,80	6,95	7,63	7,38
Haiti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,35	2,27	2,32
St. Lucia	16,89	15,75	21,53	22,38	20,69	18,84	21,85	21,48
México	29,40	25,66	24,44	26,90	27,38	26,37	29,68	30,68
Panamá	22,07	22,47	17,19	19,05	17,98	18,28	28,50	28,80
Peru	22,23	17,62	13,23	14,50	12,94	13,41	17,78	19,18
Paraguai	0,00	0,00	0,00	12,92	9,53	8,58	11,11	10,87
El Salvador	16,41	11,73	11,00	13,06	12,19	12,34	13,05	12,77
Suriname	24,86	19,82	15,93	14,12	11,94	13,39	15,88	15,93
Trinidad e Tobago	55,54	41,13	30,38	29,42	31,52	43,32	50,00	43,45
Uruguai	28,92	19,77	21,53	24,13	22,96	20,90	27,19	29,10
Venezuela	44,62	31,66	28,87	28,37	22,69	21,73	24,12	24,56

Fonte: Banco Mundial. World Development Indicators, 2013.

Elaboração do autor, a partir dos dados primários.

A Tabela 5, que apresenta o Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*⁸ entre 1980 e 2012, em relação ao PNB *per capita* dos EUA, de to-

⁸ O PNB *per capita* é a soma de todas as riquezas de residentes de um Estado (e inclui a renda recebida do exterior por esses residentes) e, nesse sentido, é uma medida de comando econômico. Aqui, está calculada em dólares constantes de 2000 e em paridade do poder de compra (dados brutos disponíveis na página eletrônica do Banco Mundial).

dos os países das Américas,⁹ também confirma essa condição estrutural da América Latina. Em seu conjunto, a América Latina tinha um PNB *per capita* que representava 27,09 % do PNB *per capita* dos EUA em 1980, e esse percentual caiu para 23,48 % em 2012. Fica evidenciado que a maioria dos países latino-americanos estava em 2012 praticamente na mesma situação em que se encontrava em 1980. As exceções,¹⁰ como de praxe, parecem confirmar a regra, pois foram mais do que compensadas pelos casos de declínio do PNB *per capita* em relação ao PNB *per capita* dos EUA (incluindo países com grandes populações como Argentina, Brasil, Bolívia e Venezuela).

Pode-se assim afirmar que, para o conjunto da América Latina, houve estabilidade em um aspecto ao longo dos períodos considerados (1950/2012 para o PIB total; 1910/2010 para o PIB *per capita* e 1980/2012 para o PNB *per capita*): *a histórica condição periférica e semiperiférica foi mantida*. E, desde 2000, apesar do “boom das commodities”, associado ao maior atrelamento à economia chinesa, a posição relativa dos países latino-americanos não foi alterada. Quando muito, houve crescimento econômico nos anos 2000 que trouxe os indicadores para patamares próximos ao período anterior a “década perdida”. Assim, a substituição dos EUA e da Europa pela China como parceiro econômico preferencial para vários países latino-americanos, que parece estar em curso, de acordo com os dados e com autores apresentados neste trabalho, embora esteja trazendo vantagens conjunturais principalmente para aqueles dotados de recursos naturais demandados pela economia chinesa, não implica, por si só, que esteja ocorrendo uma mudança na estrutura histórica de posicionamento dos Estados da região como periferias e semiperiferias do sistema capitalista mundial.

⁹ Não havia dados disponíveis para Cuba, Curaçao, Ilhas Cayman, Bermudas e Jamaica.

¹⁰ Considerando arbitrariamente como ganho ao longo do período em questão o resultado superior a 1 ponto percentual, os casos de sucesso foram Antígua e Barbuda, Chile, República Dominicana, Santa Lucía e Panamá.

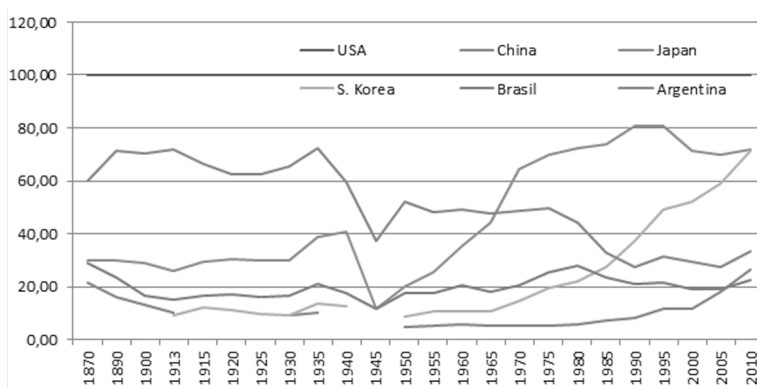


Figura 2 – PIB per capita de Japão, Coreia do Sul, China, Brasil e Argentina em relação ao PIB per capita dos EUA, entre 1870 e 2010 (EUA = 100)

Fonte: Bolt e Van Zanden (2013) (Maddison Project).

Elaboração do autor, a partir dos dados primários.

A Figura 2 evidencia o contraste entre as trajetórias da China, Coreia do Sul e Japão com as trajetórias da Argentina e do Brasil, entre 1870 e 2010, tendo também como parâmetro os EUA, usando como indicador a evolução do PIB *per capita*. É perceptível que, para o caso japonês, pode-se efetivamente falar em um verdadeiro “milagre econômico” desde os anos 1950, pois esse país claramente entrou em uma espiral ascendente, apesar das dificuldades enfrentadas desde 1995.¹¹ O caso coreano também é digno de menção, dado o grande salto realizado a partir dos anos 1970 e sua trajetória ascendente desde então.¹²

Interessante perceber que as trajetórias do Brasil e da Coreia do Sul, neste indicador (evolução do PIB *per capita*), foram muito parecidas até 1985, com o Brasil mantendo uma vantagem em relação ao país asiático. A partir desta data, claramente ocorre uma bifurcação nas trajetórias desses dois países, que exemplifica na verdade uma bifurcação maior entre os países da América Latina, de um lado, e os países do Leste Asiático, do outro lado. No caso dos países da América Latina, é preciso lembrar que a década de 1980 foi marcada

¹¹ Para detalhes sobre a crise do modelo japonês de desenvolvimento, ver Castells (1999).

¹² Para a compreensão básica sobre o caso da Coreia do Sul, ver Amsden (1989 e 2009).

pela expressão “década perdida”, por conta das graves crises econômicas e financeiras que devastaram as economias da região e levaram à implantação das políticas de ajuste e reestruturação, que implicaram na abertura econômica, privatizações de grandes empresas estatais, arrocho nas contas públicas e no processo de substituição da produção nacional por importações, sobretudo em setores com maior valor agregado e conteúdo tecnológico.

Tal trajetória não parece ter caracterizado as principais economias do Leste Asiático, pelo contrário. Ao descrever o desenvolvimento na região do Pacífico Asiático, Castells (1999), por exemplo, menciona várias características comuns entre as experiências dos chamados Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong). Aqui, importa destacar apenas o papel fundamental do Estado no processo de desenvolvimento, naquilo que o autor qualifica como *Estado Desenvolvimentista*. E tal experiência, para Castells (1999) continuou em evidência com a experiência chinesa de desenvolvimento.

A questão tecnológica também merece aqui ser mencionada. Para Amsden (2009), todos os países da industrialização tardia do pós-guerra compartilhavam o mesmo conjunto de instituições desenvolvimentistas. Mas, a partir de meados dos anos 1980, começa uma bifurcação em dois grupos: “[...] dos países independentes – como China, Coreia do Sul, Índia e Taiwan – que investiram na produção autóctone de tecnologia; e o dos integracionistas – Brasil, Chile, Argentina, México e Turquia – ou seja, aqueles países que teriam optado por não estimular intensamente a capacitação tecnológica própria e a apoiar a formação de grandes empresas nacionais” (Amsden, 2009, p. 16).

Para Arrighi, “o sinal mais importante da ascensão do Leste Asiático a novo epicentro dos processos de acumulação do capital é que diversas de suas jurisdições fizeram importantes avanços nas hierarquias de valor agregado e financeiras da economia capitalista mundial” (Arrighi, 1997, p. 101). Isso é importante ser ressaltado porque, seguindo a experiência japonesa, tanto os Tigres Asiáticos quanto a China passaram a produzir em seus territórios mercadorias com cada vez maior

agregado, além de se transformarem em centros financeiros importantes. Ou seja, transformaram-se em eixos dinâmicos da produção e das finanças globais.

A conjuntura da economia-mundo a partir da crise mundial dos anos 1970 significou, para a América Latina em conjunto, um destino diferente, como já mencionado. Como destacado por Carneiro, ocorreu uma descontinuidade na América Latina a partir dos anos 1980, acerca do processo de industrialização, em relação ao movimento de continuidade e aprofundamento industrial dos países asiáticos: “enquanto nesses últimos, a manutenção da performance está associada à preservação do modelo de crescimento orientado para fora, nos latino-americanos a perda de dinamismo coincide com o processo de liberalização, e a substituição da industrialização centrada no mercado interno, pela abertura e busca dos mercados externos” (Carneiro, 2006, p. 77). No contexto daquela turbulência global, que expressou também o declínio econômico relativo dos EUA, Arrighi destaca a clivagem no destino das regiões meridionais a partir dos anos 1980:

Regiões que, por razões históricas, apresentavam boa vantagem na concorrência pela participação na expansão da demanda norte-americana por produtos industriais baratos, mais notadamente a Ásia Oriental, tenderam a se beneficiar do redirecionamento do fluxo de capital, porque a melhora de seu balanço de pagamentos reduziu a necessidade de competir com os EUA no mercado financeiro mundial e chegou a transformar algumas delas em grandes credores destes. Outras regiões, principalmente a África Subsaariana e a América Latina, tinham, por razões históricas, mais desvantagens na briga por um quinhão da demanda norte-americana. Estas tenderam a sofrer dificuldades no balanço de pagamentos, o que as colocou na posição sem esperanças de precisar competir diretamente com os EUA no mercado financeiro mundial. Seja como for, os EUA se beneficiaram em termos econômicos e políticos, já que as empresas e os órgãos governamentais norte-americanos estavam em melhores condições para mobilizar, na luta pelo poder e pela concorrência globais, as mercadorias baratas e o crédito que os “vencedores” do Sul forneciam com entusiasmo, assim como o patrimônio que os “perdedores” do Sul, querendo ou não, tinham de ceder a preço de banana (Arrighi, 2008, p. 157).

A economia-mundo capitalista tem como características estruturais históricas a desigualdade e a polarização (Wallerstein, 2001; Arrigui, 1996 e 1997). O desenvolvimento geograficamente desigual é, na verdade, um elemento constituinte da dinâmica da acumulação de capital em escala global.¹³ Assim, as oportunidades que porventura surgem para uma determinada região ou país não estão disponíveis, ao mesmo tempo, para outras regiões ou países. Isso parece ser evidente contrastando as dinâmicas do Leste Asiático e da América Latina, como mostrado resumidamente nesta seção.¹⁴

Assim, de um ponto de vista sistêmico, a reflexão sobre as relações econômicas entre a China (uma potência que está ressurgindo) e os países da América Latina, deve ultrapassar o balanço sobre ganhos e perdas no comércio, por exemplo, e ponderar o lugar e o papel desses Estados nos processos de acumulação de capital e poder em âmbito global. Nesse sentido, com base nos dados econômicos, parece que não se está diante de uma relação de complementariedade ou, como vem sendo chamada, “relação Sul-Sul”.

¹³ O estudo do Banco Mundial, *Una Nueva Geografía Económica* (2009, p. 5-6), reconhece isso explicitamente: “*Dos siglos de desarrollo económico revelan que las disparidades espaciales de ingreso y producción son inevitables. Una generación de investigación económica revela que no hay ninguna razón válida para esperar que el crecimiento económico se extienda uniformemente en el espacio*”.

¹⁴ Carneiro apresenta dois níveis de explicação para a diferença de performance entre os países do Leste Asiático e da América Latina: “Uma tentativa de explicação para performances tão diversas deve considerar dois níveis das estratégias de desenvolvimento: a forma de integração dessas economias à economia globalizada e o arranjo político institucional doméstico, ambos fundados em conjuntos articulados de políticas. Do ponto de vista mais concreto, é possível distinguir dois padrões distintos de política econômica, envolvendo formas diversas de articulação Estado-Mercado. De acordo com Akyüz (2005), na experiência asiática, estiveram presentes, em maior ou menor grau, a estabilidade da taxa de câmbio, o controle governamental dos fluxos financeiros externos e o gerenciamento da concorrência, incluindo a coordenação das decisões de investimento. O padrão latino americano foi de corte liberal, e realizado sob a consigna do Consenso de Washington ‘*got the prices right*’. Compreendeu a dupla liberalização, externa e interna; a primeira fundada nas aberturas comercial e financeira, e a última, na supressão das políticas seletivas de desenvolvimento e na privatização” (Carneiro, 2006, p. 77).

Considerações finais

O incremento da presença econômica chinesa nos países da América Latina, através da ampliação dos fluxos de comércio e investimentos, é realmente perceptível a partir do início dos anos 2000. A dinâmica do modelo de desenvolvimento chinês, pautado pela transformação de partes do território daquele país em lugares privilegiados dos processos de acumulação de capital em escala mundial (sejam esses capitais estrangeiros ou mesmo capitais chineses), implicou no crescimento da demanda por matérias-primas e recursos energéticos, o que inclusive aumentou os preços dessas mercadorias no mercado mundial.

O crescimento econômico que vem caracterizando as economias da América Latina neste início do Século XXI, baseado principalmente no “*boom das commodities*”, efetivamente favoreceu àquelas economias dotadas das matérias-primas e recursos naturais estratégicos, demandados pela expansão chinesa, como destacado pelos autores e dados apresentados nesse texto. Contudo, pensando em termos sistêmicos, de posicionamento desses Estados na estrutura da economia mundial, parece que há pouca evidência de modificação estrutural, no sentido de uma aproximação em relação ao “centro”. A especialização nas *commodities* implica a manutenção de um padrão histórico na divisão internacional do trabalho e de participação marginal nas cadeias globais de valor nas mercadorias com mais intensidade tecnológica.¹⁵ Assim, a maior presença chinesa em detrimento da Europa e dos Estados Unidos como parceira comercial dos países da região parece ser, em essência, uma troca de “seis por meia dúzia”, para usar uma expressão popular.

E, indo além do debate acerca de ganhos e perdas em relações econômicas, tentou-se trazer à tona uma reflexão de caráter sistêmico, chamando a atenção para o posicionamento de longo prazo dos países

¹⁵ Essa é, aliás, a constatação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) a respeito do Brasil: “[...] o Brasil não está totalmente fora das CGV [Cadeias Globais de Valor], mas seu lugar é mais como fornecedor de matérias-primas para empresas de outras origens adicionarem mais valor na cadeia produtiva, do que como exportador de produtos com maior valor adicionado” (Iedi, 2013, p. 1).

da América Latina. Nesse sentido, os bons resultados conjunturais em termos de incremento das exportações daquelas economias dotadas de recursos estratégicos, demandados pela China, parecem apenas recolocar esses países exatamente onde se encontravam há pouco mais de trinta anos atrás. Isto é, antes do início da década de 1980 (a “década perdida” da América Latina). Dadas as características fundamentais da economia-mundo capitalista, isto é, a desigualdade espacial e a polarização, é improvável que a América Latina, em conjunto, consiga ter um posicionamento distinto da sua condição periférica e semiperiférica, tendo em vista o enorme fosso que a separa, em termos de riqueza, dos países centrais.

Referências

AKYÜZ, Y. Impasses do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 72, p. 41-56, jul. 2005.

AMSDEN, A. *A ascensão do “resto”*: o desafio ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

AMSDEN, A. *Asia's next giant*: South Korea and late industrialization. Oxford: Oxford University Press, 1989.

ARMONY, A. C.; STRAUSS, J. C. From going out (zou chuqu) to arriving in (desembarco): constructing a new field of inquiry in China – Latin America interactions. *The China Quarterly*, v. 209, p. 1-17, mar. 2012.

ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ARRIGHI, G. Globalização e desenvolvimento desigual. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 1, n. 1, ago./dez. 2007.

ARRIGHI, G.; ASCHOFF, N.; SCULLY, B. *Accumulation by dispossession and its limits*: The Southern Africa paradigma revisited. Baltimore: Department of Sociology, The Johns Hopkins University, Working Paper, March 2009, 51 p.

BANCO MUNDIAL. *Una nueva geografía económica*. Washington, Informe sobre el Desarrollo Mundial, 2009. Disponível em www.worldbank.org.

BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators 2013*. Disponível em: www.worldbank.org.

BARBOSA, A. de F. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: FERREIRA LEÃO, R. P. et alli. *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, 2011, p. 269-305.

CARNEIRO, R. O desenvolvimento revisitado. *São Paulo em Perspectiva*, n. 3, v. 20, p. 73-82, jul./set. 2006.

CASTELLS, M. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

CUNHA, A. M. A China e o Brasil na nova ordem internacional. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, número suplementar, p. 9-29, nov. 2011.

HEARN, A. H. Harnessing the Dragon: overseas Chinese entrepreneurs in Mexico and Cuba. *The China Quarterly*, n. 209, p. 111-133, mar. 2012.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. O lugar do Brasil nas cadeias globais de valor. *Carta IEDI*, São Paulo, n. 578, 2013, 17 p. Disponível em: www.iedi.org.br.

JENKINS, R. China's global expansion and Latin America. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 42, i. 4, p. 809-83, nov. 2010.

LE-FORT, M. P. China y América Latina: estrategias bajo una hegemonía transitoria. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 203, p. 89-101, mayo/jun. 2006.

LEÓN-MANRÍQUEZ, J. L. China – América Latina: una relación económica diferenciada. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 203, p. 28-4, mayo/jun. 2006.

MONTENEGRO, C. E. et alli. El efecto de China en el comercio internacional de América Latina. *Estudios de Economía*, v. 38, n. 2, p. 341-368, dic. 2011.

NACHT, P. A. El Dragón en América Latina: las relaciones económico-comerciales y los riesgos para la región. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, Quito, n. 45, p. 141-154, sept. 2013.

OVIEDO, E. D. Argentina facing China: modernization, interests and economic relations model. *East Asia*, n. 30, p. 7-34, 2013.

PROENÇA, A. et alli. *Tecnologia e competitividade em setores básicos da indústria chinesa: estudos de caso*. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2011.

ROSALES, O.; KUWAYAMA, M. *China y América Latina y el Caribe: hacia una relación económica y comercial estratégica*. Santiago do Chile: Cepal, 2012, 251p.

SHIXUE, J. A new look at the Chinese relations with Latin America. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 203, p. 62-78, mayo/jun. 2006.

THE CHINA ANALYST. Hong Kong: The Beijing Axis, sept. 2013.

UNCTAD. *Bilateral FDI Statistics 2014*. Disponível em www.unctad.org.

UNCTAD. *Handbook of Statistics 2013*. Disponível em www.unctad.org.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. São Paulo: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. *O declínio do poder americano*. São Paulo: Contraponto, 2004.

ANEXO I – Relação Comercial de Países Seleccionados com a China por Intensidade Tecnológica (2000 – 2012/2013)

Relações comerciais com a China - classificação por intensidade tecnológica				
País	Ano	Intensidade tecnológica	Exportação	Importação
Argentina	2000	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	76,11 %	0,47 %
		Recursos Naturais	4,8 3%	9,62 %
		De baixa tecnologia	12,62 %	36,01 %
		De média tecnologia	5,6 8 %	29,74 %
		De alta tecnologia	0,7 5 %	23,90 %
		Outros	0,0 0 %	0,2 6 %
	2012	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	74,55 %	0,44 %
		Recursos Naturais	21,07 %	9,79 %
		De baixa tecnologia	2,39 %	15,91 %
		De média tecnologia	1,68 %	31,62 %
		De alta tecnologia	0,30 %	41,82 %
		Outros	0,00 %	0,42 %
Bolívia	2000	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	92,16 %	0,41 %
		Recursos Naturais	6,12 %	5,45 %
		De baixa tecnologia	1,07 %	50,05 %
		De média tecnologia	0,60 %	32,21 %
		De alta tecnologia		11,41 %
		Outros	0,05 %	0,47 %
	2012	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	73,45 %	0,20 %
		Recursos Naturais	23,83 %	9,97 %
		De baixa tecnologia	2,55 %	23,92 %
		De média tecnologia	0,16 %	48,26 %
		De alta tecnologia	0,00 %	17,14 %
		Outros		0,52 %

Relações comerciais com a China - classificação por intensidade tecnológica				
País	Ano	Intensidade tecnológica	Exportação	Importação
Brasil	2000	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	67,87 %	3,48 %
		Recursos Naturais	13,45 %	19,70 %
		De baixa tecnologia	4,52 %	19,88 %
		De média tecnologia	9,02 %	15,99 %
		De alta tecnologia	5,11 %	40,83 %
		Outros	0,03 %	0,12 %
	2013	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	84,62 %	1,94 %
		Recursos Naturais	10,07 %	11,18 %
		De baixa tecnologia	1,60 %	21,03 %
		De média tecnologia	2,57 %	31,70 %
		De alta tecnologia	1,05 %	33,83 %
		Outros	0,08 %	0,32 %
Chile	2000	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	36,53 %	0,62 %
		Recursos Naturais	62,34 %	3,66 %
		De baixa tecnologia	0,25 %	65,24 %
		De média tecnologia	0,84 %	18,13 %
		De alta tecnologia	0,03 %	12,22 %
		Outros	0,00 %	0,12 %
	2013	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	41,56 %	0,35 %
		Recursos Naturais	57,77 %	6,70 %
		De baixa tecnologia	0,15 %	41,64 %
		De média tecnologia	0,43 %	27,27 %
		De alta tecnologia	0,07 %	23,78 %
		Outros	0,02 %	0,26 %

Relações comerciais com a China - classificação por intensidade tecnológica				
País	Ano	Intensidade tecnológica	Exportação	Importação
Colômbia	2000	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	43,81 %	6,74 %
		Recursos Naturais	26,20 %	13,25 %
		De baixa tecnologia	21,47 %	36,93 %
		De média tecnologia	6,15 %	22,93 %
		De alta tecnologia	2,36 %	19,45 %
		Outros		0,69 %
	2013	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	85,97 %	0,78 %
		Recursos Naturais	6,22 %	9,35 %
		De baixa tecnologia	0,66 %	25,18 %
		De média tecnologia	6,92 %	25,36 %
		De alta tecnologia	0,21 %	37,48 %
		Outros	0,00 %	1,86 %
Equador	2000	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	95,61 %	2,92 %
		Recursos Naturais	3,26 %	17,70 %
		De baixa tecnologia	0,87 %	40,23 %
		De média tecnologia	0,26 %	28,73 %
		De alta tecnologia		10,23 %
		Outros		0,19 %
	2013	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	86,78 %	0,48 %
		Recursos Naturais	11,17 %	8,82 %
		De baixa tecnologia	0,37 %	23,54 %
		De média tecnologia	1,53 %	39,22 %
		De alta tecnologia	0,01 %	27,44 %
		Outros	0,15 %	0,50 %

Relações comerciais com a China - classificação por intensidade tecnológica				
País	Ano	Intensidade tecnológica	Exportação	Importação
México	2000	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	3,14 %	2,00 %
		Recursos Naturais	11,14 %	8,68 %
		De baixa tecnologia	1,92 %	25,84 %
		De média tecnologia	24,86 %	30,50 %
		De alta tecnologia	58,92 %	28,48 %
		Outros	0,03 %	4,51 %
	2012	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	41,21 %	0,41 %
		Recursos Naturais	16,49 %	6,09 %
		De baixa tecnologia	1,81 %	13,44 %
		De média tecnologia	23,26 %	19,78 %
		De alta tecnologia	16,92 %	57,15 %
		Outros	0,31 %	3,13 %
Paraguai	2000	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	13,15 %	0,01 %
		Recursos Naturais	27,69 %	2,01 %
		De baixa tecnologia	56,24 %	49,47 %
		De média tecnologia	0,00 %	23,96 %
		De alta tecnologia		24,23 %
		Outros	2,92 %	0,32 %
	2013	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	4,64 %	0,08 %
		Recursos Naturais	59,62 %	7,91 %
		De baixa tecnologia	34,72 %	21,02 %
		De média tecnologia	0,80 %	27,12 %
		De alta tecnologia	0,21 %	43,79 %
		Outros	0,00 %	0,08 %

Relações comerciais com a China - classificação por intensidade tecnológica				
País	Ano	Intensidade tecnológica	Exportação	Importação
Peru	2000	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	95,10 %	3,85 %
		Recursos Naturais	4,53 %	13,39 %
		De baixa tecnologia	0,27 %	39,16 %
		De média tecnologia	0,10 %	26,00 %
		De alta tecnologia	0,00 %	17,45 %
		Outros		0,15 %
	2012	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	83,60 %	0,38 %
		Recursos Naturais	15,95 %	8,06 %
		De baixa tecnologia	0,12 %	32,18 %
		De média tecnologia	0,31 %	31,19 %
		De alta tecnologia	0,01 %	27,94 %
		Outros	0,01 %	0,25 %
Uruguai	2000	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	37,49 %	0,80 %
		Recursos Naturais	0,81 %	7,81 %
		De baixa tecnologia	61,27 %	47,86 %
		De média tecnologia	0,39 %	32,50 %
		De alta tecnologia	0,01 %	10,90 %
		Outros	0,03 %	0,13 %
	2013	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	90,63 %	0,59 %
		Recursos Naturais	4,17 %	10,21 %
		De baixa tecnologia	4,85 %	27,15 %
		De média tecnologia	0,21 %	39,15 %
		De alta tecnologia	0,14 %	22,78 %
		Outros	0,01 %	0,12 %

Relações comerciais com a China - classificação por intensidade tecnológica				
País	Ano	Intensidade tecnológica	Exportação	Importação
Venezuela	2000	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	7,15 %	4,42 %
		Recursos Naturais	69,94 %	11,24 %
		De baixa tecnologia	1,00 %	48,89 %
		De média tecnologia	21,35 %	24,04 %
		De alta tecnologia	0,54 %	10,92 %
		Outros	0,02 %	0,49 %
	2011	Todos os produtos	100,00 %	100,00 %
		Primários	80,79 %	1,13 %
		Recursos Naturais	0,05 %	8,55 %
		De baixa tecnologia	0,59 %	15,48 %
		De média tecnologia	18,56 %	51,12 %
		De alta tecnologia	0,00 %	23,56 %
		Outros	0,00 %	0,16 %

Fonte: UNCTAD, Handbook of Statistics 2013. Elaboração do autor.

ANEXO II – PIB per capita de países selecionados em relação ao PIB per capita dos EUA – 1870 a 2010 (em % do PIB per capita dos EUA)

Ano	China	Japão	Coreia do Sul	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia	México	Venezuela
1870	21,68	30,16	13,80	29,17	60,03	52,78	27,65	26,62	23,33
1890	15,93	29,83		23,41	71,24	57,97	21,16	28,78	25,55
1900	13,33	28,83		16,57	70,29	53,63	16,68	32,23	20,07
1913	10,42	26,16	9,16	15,30	71,64	56,38	15,95	32,67	20,82
1915		29,39	12,03	16,41	66,69	49,12	18,16	36,13	20,14
1920		30,54	10,98	17,34	62,55	49,86	19,28	32,83	21,12
1925		30,01	9,95	16,03	62,39	50,18	19,97	30,37	33,13
1930	9,14	29,78	9,43	16,87	65,67	46,01	23,73	26,04	55,44
1935	10,33	38,79	13,66	21,04	72,25	50,51	30,67	30,37	58,18
1940		41,00	12,74	17,83	59,37	46,17	27,04	26,42	57,71
1945		11,50		11,87	37,21	29,65	16,22	18,22	43,58
1950	4,69	20,09	8,93	17,49	52,16	38,38	22,52	24,74	78,04
1955	5,29	25,43	10,73	17,67	48,06	36,48	21,77	25,17	80,30
1960	5,84	35,19	10,83	20,61	49,08	37,70	22,04	27,85	85,15
1965	5,23	44,22	10,70	18,24	47,48	34,11	20,04	27,59	73,34
1970	5,18	64,63	14,42	20,34	48,58	34,81	20,59	28,74	71,00
1975	5,35	69,66	19,42	25,71	49,88	26,24	22,23	31,68	64,31
1980	5,71	72,28	22,15	27,96	44,17	30,58	22,92	34,02	54,58
1985	7,33	74,00	27,37	23,72	32,99	24,28	20,62	29,90	41,13
1990	8,06	80,99	37,52	21,21	27,73	27,59	20,80	26,23	35,83
1995	11,62	80,66	49,09	21,43	31,60	36,17	22,20	24,36	35,85
2000	11,92	71,36	52,25	18,88	29,30	35,53	18,73	25,35	29,30
2005	18,08	69,95	59,10	18,88	27,69	39,17	19,53	24,36	28,75
2010	26,34	71,94	71,17	22,56	33,64	45,53	23,16	25,30	32,38

Fonte: Bolt e Van Zanden (2013) (Maddison Project).

Elaboração do autor, a partir dos dados primários.

ANEXO III – Balança comercial de países selecionados
com a China – em milhares de dólares

País	Ano	Exportação	Importação	Saldo
Argentina	1980	188.788,74	32.264,33	156.524,41
	1985	311.004,06	4.339,11	306.664,96
	1990	240.968,61	31.616,24	209.352,36
	1995	285.730,78	607.845,06	(322.114,27)
	2000	796.927,27	1.156.737,47	(359.810,20)
	2001	1.122.612,13	1.066.326,78	56.285,35
	2002	1.092.354,11	330.240,28	762.113,83
	2003	2.478.422,77	720.754,97	1.757.667,80
	2004	2.630.446,72	1.400.969,07	1.229.477,65
	2005	3.154.288,66	1.528.619,54	1.625.669,12
	2006	3.475.852,70	3.121.708,40	354.144,30
	2007	5.166.608,75	5.092.953,61	73.655,14
	2008	6.354.956,92	7.103.890,89	(748.933,97)
	2009	3.666.460,75	4.822.599,00	(1.156.138,25)
	2010	5.798.689,90	7.649.151,95	(1.850.462,06)
2011	6.232.116,66	10.572.987,02	(4.340.870,37)	
2012	5.021.348,44	9.951.820,48	(4.930.472,04)	
Bolívia	1977	-	1.126,92	-
	1980	-	4.146,18	-
	1985	-	951,50	-
	1990	-	4.077,03	-
	1995	169,50	14.460,38	(14.290,88)
	2000	5.508,70	57.897,86	(52.389,16)
	2001	5.069,53	86.277,46	(81.207,94)
	2002	7.716,98	85.351,46	(77.634,49)
	2003	11.547,81	84.567,40	(73.019,59)
	2004	23.498,54	107.496,51	(83.997,97)
	2005	19.727,86	136.026,37	(116.298,51)
	2006	35.505,49	192.055,37	(156.549,88)
	2007	55.972,31	267.189,73	(211.217,42)
	2008	129.381,11	415.442,56	(286.061,45)
	2009	130.589,27	371.225,59	(240.636,32)
2010	208.635,95	652.850,99	(444.215,04)	
2011	336.615,50	1.112.706,59	(776.091,10)	
2012	314.422,01	1.088.252,56	(773.830,55)	

País	Ano	Exportação	Importação	Saldo
Brasil	1983	270.319,04	595.797,44	(325.478,40)
	1985	817.582,21	501.794,69	315.787,52
	1990	381.792,45	203.452,51	178.339,94
	1995	1.203.741,18	417.913,15	785.828,03
	2000	1.085.301,60	1.222.098,32	(136.796,72)
	2001	1.902.122,20	1.328.389,31	573.732,89
	2002	2.520.978,67	1.553.993,64	966.985,03
	2003	4.533.363,16	2.147.799,00	2.385.564,16
	2004	5.441.745,72	3.710.477,15	1.731.268,57
	2005	6.834.996,98	5.354.519,16	1.480.477,82
	2006	8.402.368,83	7.989.343,06	413.025,77
	2007	10.748.813,79	12.617.754,52	(1.868.940,72)
	2008	16.403.038,99	20.040.022,37	(3.636.983,38)
	2009	20.190.831,37	15.911.144,51	4.279.686,86
	2010	30.752.355,63	25.535.684,19	5.216.671,44
	2011	44.314.595,34	32.788.424,51	11.526.170,83
2012	41.227.540,25	34.248.497,71	6.979.042,54	
2013	46.026.153,05	37.302.150,04	8.724.003,00	
Chile	1983	93.256,71	9.897,78	83.358,93
	1985	124.740,49	24.017,93	100.722,56
	1990	34.132,36	57.006,00	(22.873,63)
	1995	287.195,23	390.308,42	(103.113,18)
	2000	901.771,66	949.498,27	(47.726,61)
	2001	1.065.035,77	1.013.098,67	51.937,10
	2002	1.224.827,12	1.101.333,68	123.493,45
	2003	1.908.739,74	1.642.179,63	266.560,11
	2004	3.441.553,49	2.471.698,99	969.854,50
	2005	4.895.430,40	3.226.843,51	1.668.586,89
	2006	5.254.939,62	4.393.327,38	861.612,23
	2007	10.505.473,77	6.065.635,80	4.439.837,96
	2008	8.519.106,57	8.276.513,21	242.593,36
	2009	13.027.732,58	6.188.714,82	6.839.017,76
	2010	17.324.392,49	9.970.609,32	7.353.783,17
	2011	18.619.563,90	12.691.163,19	5.928.400,71
2012	18.218.437,91	14.432.125,57	3.786.312,34	
2013	19.219.033,89	15.701.718,42	3.517.315,48	

País	Ano	Exportação	Importação	Saldo
Colômbia	1978	13,24	162,21	(148,97)
	1980	5.226,46	301,72	4.924,74
	1985	29,70	935,39	(905,69)
	1990	2.081,50	1.844,57	236,93
	1995	44.127,46	118.854,57	(74.727,10)
	2000	29.357,75	355.825,08	(326.467,34)
	2001	19.907,16	475.405,47	(455.498,31)
	2002	27.824,70	532.846,51	(505.021,81)
	2003	82.204,48	688.672,68	(606.468,19)
	2004	137.503,65	1.244.729,95	(1.107.226,31)
	2005	236.688,85	1.616.820,83	(1.380.131,99)
	2006	452.420,41	2.219.272,75	(1.766.852,34)
	2007	784.758,14	3.326.573,65	(2.541.815,52)
	2008	442.953,27	4.548.798,07	(4.105.844,81)
	2009	949.726,24	3.715.170,43	(2.765.444,20)
	2010	1.966.623,92	5.477.428,29	(3.510.804,36)
2011	1.989.061,25	8.176.439,67	(6.187.378,42)	
2012	3.343.081,15	9.564.689,74	(6.221.608,58)	
2013	5.102.171,37	10.362.788,41	(5.260.617,04)	
Equador	1978	122,12	2.888,31	(2.766,19)
	1980	-	510,38	-
	1985	1.301,02	198,86	1.102,15
	1990	2,65	770,84	(768,19)
	1995	15.810,67	26.531,03	(10.720,36)
	2000	57.717,64	76.035,23	(18.317,59)
	2001	9.154,82	222.902,82	(213.748,00)
	2002	14.685,08	219.717,28	(205.032,21)
	2003	13.578,04	481.801,98	(468.223,93)
	2004	49.510,22	703.747,02	(654.236,80)
	2005	7.205,04	621.733,25	(614.528,21)
	2006	194.727,66	828.181,99	(633.454,33)
	2007	36.549,98	1.121.735,08	(1.085.185,10)
	2008	387.465,53	1.636.362,79	(1.248.897,27)
	2009	124.207,62	1.100.283,44	(976.075,82)
	2010	328.738,29	1.606.562,31	(1.277.824,03)
2011	191.850,04	3.326.990,71	(3.135.140,67)	
2012	391.462,18	2.810.684,26	(2.419.222,09)	
2013	568.770,17	4.508.390,63	(3.939.620,46)	

País	Ano	Exportação	Importação	Saldo
México	1986	110.355,00	52.679,00	57.676,00
	1990	74.388,82	234.191,79	(159.802,98)
	1995	37.009,00	520.135,01	(483.126,01)
	2000	310.157,70	2.877.853,59	(2.567.695,89)
	2001	384.785,39	4.026.825,54	(3.642.040,15)
	2002	653.734,97	6.273.593,42	(5.619.858,45)
	2003	974.275,64	9.400.181,29	(8.425.905,64)
	2004	473.737,98	14.373.445,92	(13.899.707,94)
	2005	1.135.550,50	17.696.345,20	(16.560.794,69)
	2006	1.688.112,16	24.438.280,00	(22.750.167,85)
	2007	1.895.016,44	29.743.657,24	(27.848.640,81)
	2008	2.044.757,29	34.690.315,43	(32.645.558,14)
	2009	2.207.792,86	32.528.971,96	(30.321.179,10)
	2010	4.195.900,07	45.607.547,93	(41.411.647,85)
2011	5.965.145,19	52.247.992,11	(46.282.846,91)	
2012	5.720.856,31	56.936.124,94	(51.215.268,63)	
Paraguai	1990	212,21	-	-
	1991	3.613,29	-	-
	1993	528,19	-	-
	2000	5.896,42	260.371,15	(254.474,73)
	2001	10.709,55	253.462,82	(242.753,27)
	2002	7.684,12	211.439,55	(203.755,43)
	2003	17.364,97	266.773,88	(249.408,91)
	2004	41.437,56	419.803,21	(378.365,65)
	2005	66.539,95	641.743,98	(575.204,04)
	2006	18.978,75	1.268.467,92	(1.249.489,17)
	2007	53.980,09	1.623.471,91	(1.569.491,82)
	2008	95.520,07	2.471.486,38	(2.375.966,31)
	2009	33.650,64	2.051.452,77	(2.017.802,13)
	2010	34.201,86	3.433.298,60	(3.399.096,73)
	2011	30.375,74	3.662.437,12	(3.632.061,38)
2012	41.965,89	3.183.812,98	(3.141.847,09)	
2013	57.106,94	3.434.088,64	(3.376.981,70)	

País	Ano	Exportação	Importação	Saldo
Peru	1976	46.386,77	467,60	45.919,17
	1980	20.190,39	400,70	19.789,70
	1985	26.684,59	1.489,81	25.194,78
	1990	55.458,99	19.057,59	36.401,41
	1995	349.016,13	241.943,18	107.072,94
	2000	442.676,93	288.808,96	153.867,97
	2001	426.250,62	353.577,54	72.673,09
	2002	597.625,07	463.438,97	134.186,10
	2003	676.972,40	639.979,52	36.992,88
	2004	1.244.698,89	768.123,78	476.575,12
	2005	1.860.864,62	1.057.932,46	802.932,16
	2006	2.268.654,80	1.583.655,92	684.998,88
	2007	3.040.489,43	2.462.957,81	577.531,62
	2008	3.734.994,54	4.069.489,75	(334.495,21)
	2009	4.077.957,00	3.266.502,84	811.454,16
	2010	5.434.011,39	5.144.483,91	289.527,48
2011	6.961.424,71	6.320.967,64	640.457,08	
2012	7.848.973,38	7.807.487,50	41.485,88	
Uruguai	1983	12.165,27	545,96	11.619,31
	1985	43.119,53	519,66	42.599,87
	1990	66.542,50	5.982,18	60.560,32
	1995	123.518,06	34.557,00	88.961,06
	2000	91.203,57	112.153,94	(20.950,37)
	2001	102.855,97	121.511,69	(18.655,72)
	2002	103.619,75	75.294,29	28.325,46
	2003	95.695,91	86.024,44	9.671,47
	2004	113.131,80	172.718,69	(59.586,89)
	2005	121.799,64	242.285,36	(120.485,72)
	2006	165.170,43	350.875,22	(185.704,78)
	2007	163.430,33	540.158,27	(376.727,94)
	2008	171.532,43	908.283,02	(736.750,59)
	2009	235.079,74	819.105,07	(584.025,33)
	2010	363.841,17	1.123.777,75	(759.936,58)
	2011	526.145,65	1.438.751,58	(912.605,93)
2012	796.244,25	1.662.458,37	(866.214,12)	
2013	1.291.007,62	1.965.195,12	(674.187,51)	

País	Ano	Exportação	Importação	Saldo
Venezuela	1982	-	55.835,10	-
	1985	-	14.644,13	-
	1990	5.693,61	170,64	5.522,97
	1995	-	441,58	-
	2000	34.050,29	184.834,64	(150.784,35)
	2001	101.463,66	335.724,68	(234.261,02)
	2002	91.119,12	224.788,26	(133.669,14)
	2003	165.291,74	175.996,39	(10.704,65)
	2004	254.755,94	424.929,15	(170.173,22)
	2005	216.141,34	808.426,54	(592.285,20)
	2006	119.252,49	1.652.368,65	(1.533.116,16)
	2007	-	2.076.291,73	-
	2008	270.301,88	4.527.517,15	(4.257.215,28)
	2009	304.009,13	4.034.461,98	(3.730.452,85)
	2010	719.398,42	3.593.328,30	(2.873.929,88)
2011	475.926,07	4.354.909,00	(3.878.982,94)	

Fonte: UNCTAD. Disponível em www.unctad.org. Elaboração do autor.